



GÊNERO E PROPOSIÇÕES AO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Claudionor Renato da Silva¹;

¹Universidade Federal de Jataí, rclaudionor@ufj.edu.br

GT 01: A COP 30 E OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO, LGBTQIAPN+ E POVOS ORIGINÁRIOS SOB O ENFOQUE AMBIENTAL

RESUMO

A problemática da pesquisa é perguntar: para a COP 30 que se realizará no Brasil, em 2025, que proposições os estudos de gênero (sob a perspectiva da Educação Sexual) lançam às mudanças climáticas (MC)? Objetiva-se, de modo geral, discutir junto ao GT 01 do ENANPPAS, como os estudos de gênero estão interligados às MC; especificamente, objetiva-se apresentar o amplo e diverso debate sobre o tema, no campo da educação ambiental; em segundo lugar, mapear os estudos que tratam dos estudos de gênero e MC. O método é o do Marco Teórico na palavra-chave composta “gênero; mudanças climáticas; educação sexual” no *Google Acadêmico*, no período de 2022 a 2024. Os resultados encaminham proposições dos estudos de gênero às MC, no sentido de que, uma vez identificadas e reconhecidas, as necessidades de articulação das políticas de gênero alinhadas às políticas de sustentabilidade se tornem efetivas, o que ainda não é uma realidade.

Palavras-chave: mulheres e meninas; educação sexual, agenda 2030.

Destaques (highlights)

- Gênero está diretamente relacionado ao enfrentamento das mudanças climáticas (COP 30).
- Algumas proposições estão sendo elaboradas neste artigo sob uma perspectiva da Educação Sexual.
- Governança climática com meninas e mulheres é a principal proposição da pesquisa.
- Sem diversidade de gênero (meninas e mulheres) não há sustentabilidade global.



INTRODUÇÃO

O termo ‘mudanças climáticas’ (MC) é um termo amplo para o grande desafio mundial em manter a temperatura do planeta para que não ultrapasse 2,0 °C, o que significa, ‘travar’ quase que uma ‘guerra’ política, econômica, social, estética (de gênero, inclusive) e, sobretudo, educacional (educacional-ambiental-ecológica) contra o avanço do aquecimento global – outro termo *linkado* ao estudo - provocado pela humanidade. Esse termo amplo tem levado os agentes públicos, os pesquisadores/as, os professores/as, a sociedade civil, dentre outras instâncias, a colocar como prioridade, especialmente, no espaço da educação, da educação ambiental, a epistemologia de gênero no alinhamento às MC, em âmbito nacional e internacional, na geração de conhecimento sobre o tema e no reforçamento da efetividade deste alinhamento (Terry, 2009; Pearse, 2017; Jasanoff, 2021; Pires; Neves; Roner, 2025).

Está consolidado, mundialmente, que as MC impactam as meninas e mulheres de todo o mundo. Estudos feministas e ecofeministas (Warren, 2000; Mies; Shiva, 2021), sobretudo, decoloniais (Svampa, 2015), apontam esse fenômeno há muito tempo. A Organização das Nações Unidas (ONU) apoderou-se desses estudos e, aos poucos, ao longo dos anos abriu espaços para o debate ‘gênero’ na ONU Mulheres (ONU Mulheres, 2024), criado em 2010, até culminar no último documento geral da organização, a Agenda 2030, com seus 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), ao destacar a ODS 5 ‘Igualdade de Gênero’ e, explicitamente, a ODS 13 ‘Ação contra a mudança global do clima’ que inclui, no caso brasileiro, a meta 13b, sobre as mulheres serem incluídas no atendimento prioritário, em casos de desastres ambientais, com prioridade em financiamentos do Estado. Porém, não há a evidência do protagonismo de gênero no quesito da governança do enfrentamento das MC o que tem sido debatido pela representação brasileira, desde a COP¹ 29.

Assim que, gênero é um dos objetivos para a sustentabilidade mundial, que está articulada também aos Direitos Humanos, tema que se desenvolve com a história das COP, sendo a próxima, a COP 30, a ser realizada, em Belém, estado do Pará, no Brasil. Há de se acrescentar, que, ao lado dos estudos de gênero, ocupa uma questão central, os estudos LGBTQIA+, um

¹ Abreviatura para *Conference of the Parties*. ‘Parties’ traduz a ideia de países-membros; se reúnem anualmente, para discutir as MC, por isso é conhecida também, como Conferência do Clima. A primeira COP foi realizada em 1995, em Berlim, na Alemanha.



tema de epistemologia e reflexão, ainda muito incipiente nas COP e nos estudos da Educação Sexual no Brasil, bem como da grande área das ciências ambientais.

Na última COP, a COP 29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024, ‘gênero’ foi abordado sob os seguintes aspectos: a continuidade das discussões sobre os impactos das MC para meninas e mulheres; a evidência de gênero quando se tratar de financiamento climático; defesa da transição para novas fontes de energia sustentáveis (solar, eólica, biomassa etc.), justa e igualitária, que visa a redução dos gases poluentes, que há tempos prejudicam o ar saudável e contaminam a camada de ozônio, além de gerar desequilíbrio climático. Essas discussões, direcionadas pela representação brasileira do Ministério das Mulheres, esteve embasada no documento ‘diretrizes de proteção às mulheres e meninas em situações de emergências climáticas’ (Brasil, 2024), construído, a partir da ONU Mulheres, que traz o conceito de gênero com base na Recomendação Geral n.28 do Comitê CEDAW, também conhecida como ‘Política Nacional de Cuidados’. O referido conceito tem embasamento em vários referenciais da Educação Sexual, nos estudos de gênero e LGBTQIA+, em especial Scott (1995). Como complementares, sempre presentes nos estudos sobre gênero, encontram-se, Michel Foucault, Raewyn Connel, Guacira Louro e Judith Butler, apenas para citar algumas referências.

Diante dessas considerações gerais e específicas, de caráter histórico, teórico e de legislação, a presente pesquisa se justifica e traz a seguinte problemática: para a COP 30 que se realizará no Brasil, em novembro de 2025, que proposições os estudos de gênero (sob a perspectiva da Educação Sexual) lançam às MC? Pensa-se, nesta problemática, se as pesquisas publicadas, também, seguem essa tendência de apenas apontar para os impactos das MC para meninas e mulheres, ao deixar de lado, o caráter de participação e tomada de decisão coletiva (governança climática) – e não unilaterais, de base ‘alto escalão’ político com mulheres, bem como, sob uma orientação de poder de decisão dialogada e representativa, não apenas em casos de calamidades climáticas - para o enfrentamento; portanto, no direcionamento para o *empowerment* de meninas e mulheres em governança climática, seu protagonismo.

Objetiva-se, de modo geral, discutir junto ao GT 01 do ENANPPAS, como os estudos de gênero estão interligados às MC no tocante ao protagonismo de meninas e mulheres em governança



climática. Especificamente, objetiva-se, primeiro, apresentar o amplo e diverso debate sobre o tema, no campo da educação ambiental crítica, ainda que brevemente - realizado nessa Introdução; em segundo lugar, mapear a produção que trata dos estudos de gênero e MC. Na sequência, se apresenta o Método do Marco Teórico (MMT) utilizado para atender a problemática e os objetivos da pesquisa realizada.

METODOLOGIA

O Método do Marco Teórico (MMT), segundo Sampieri, Collado e Lúcio (2006), compreende um método de pesquisa em que se busca o marcador teórico de um tema. O MMT existe para tratamentos de obtenção e análise de dados. Permite identificar tendências e abre possibilidades de construção teórico-epistemológica nos temas por ele descobertos no elencamento de dados, a partir de registros publicizados e de acesso aberto, como documentos, leis, artigos, capítulos de livro, livros etc.

Nessa pesquisa, se buscou trabalhos no *google* acadêmico, sob a palavra-chave composta ‘gênero; mudanças climáticas; educação sexual’ e, apenas, 1) dentre as primeiras cinco páginas da busca (total de 50 trabalhos), no período de 2022-2024; 2) até três (03) trabalhos/ano; estes, são critérios de inclusão. Dentro dos critérios de exclusão: monografias de TCC, comunicações orais e pôsteres de eventos científicos, dissertações e teses, bem como, livros e *e-books*.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Dos 50 trabalhos selecionados, lidos e extraídos elementos documentais, pelo MMT, apresentam-se seis (6) trabalhos que representam a problemática da pesquisa; após, o cumprimento dos critérios de inclusão e exclusão se percebeu que a partir da terceira página de busca os temas permaneciam constantes (impactos negativos das MC para meninas e mulheres, em especial) e estiveram pautadas, nos anos de 2023 e 2024; ou seja, atingiu-se o grau de saturação como indica o MMT. Isso levou para a decisão, na pesquisa, de que esses achados podem representar uma resposta positiva à problemática.

QUADRO 1: Elencamento de artigos publicados entre 2022 e 2024 sob a palavra-chave composta ‘gênero; mudanças climáticas; educação sexual’.



LOCALIZAÇÃO DO ARTIGO	SÍNTESE DO TRABALHO	PRINCIPAL CONCLUSÃO NA VISÃO DA PESQUISA
2022		
LIMA, A.G.G. Cidade, gênero e infância no contexto das mudanças climáticas. <i>Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación</i> , 2022, Vol 25, Issue 175, p57-66.	No estudo se destaca o impacto das MC em territórios vulneráveis que, na maior parte das vezes impactam negativamente, mulheres, meninas e crianças. Se defende, assim, como nesta pesquisa, “o potencial de construção de conhecimento e autonomia das mulheres [...]” no enfrentamento dos desafios impostos por estes efeitos” (Extraído do Resumo).	- Políticas públicas que enfrentem o problema em questão e empoderem mulheres para espaço político das decisões, que são lentas e complexas. Essa realidade é igual para as categorias raça e infância. - ONGs (dirigidas por mulheres!) têm sido o ente mais atuante nas soluções de problemas de gênero alinhados às MC e seus impactos positivos, reais e sociais.
2023		
MATOS, P.A.; GARCIA, G.A.F.; SANTOS, M.A. O papel do gênero na mitigação e adaptação às mudanças climáticas em Cabo Verde. <i>Veredas do Direito</i> , v.20, e202536, 2023.	O trabalho indica a sedimentação de que gênero está diretamente ligado e conectado às reflexões e ações esperadas diante das MC. Defende-se, a igualdade de gênero como elemento determinante no enfrentamento às MC, partindo do exemplo de Cabo Verde, país do continente africano.	- Utilização da ‘Teoria da Justiça Ambiental de Gênero’ com base em Bullard; Wright (1993), Denton; Wilbanks (2015) e Pulido; Lara (2018). - Recomendações para a articulação Gênero e MC: a) fortalecimento da presença de mulheres na política; valorização dos conhecimentos e práticas das mulheres (cultura) nas questões ambientais (incluindo, saberes ancestralizados); capacitação; acesso igualitário aos recursos financeiros voltados às MC. - Subtópicos: segurança alimentar; saúde, participação política; agricultura sustentável; gestão de recursos naturais; educação de mulheres na ciência e tecnologia.
SILVA, J.L. SAMORA, P.R. Gestão de desastres no Brasil: inovação por meio da perspectiva de gênero. <i>Cadernos Metrópole</i> , São Paulo, v. 25, n. 56, p. 205-227, jan./abr., 20023.	A pesquisa publicada articula a “Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDC) e o empoderamento feminino e comunitário no Brasil (extraído do Resumo)”. A pesquisa discute os desastres ambientais provocados, sobretudo, pela expansão do urbanismo nas cidades.	- Proposta das Epistemologias do Sul para o PNDC, de caráter tecnicista. Essa proposta teórica abriria caminhos para o que se discute nessa pesquisa sobre a governança das meninas e mulheres na gestão das MC, retirando-as da passividade (apenas receber orientações de cima para baixo) e colocando-as em espaços decisórios.
NOBRE, S.B; SILVA, F. S.; SILVA, P. M.S; ZUCCHETTI, D. T. A Ecopedagogia como difusora de práticas educativas em torno das questões de gênero e diversidade cultural. <i>Revista Conhecimento</i>	A publicação traz a Ecopedagogia como possibilidade de currículo multicultural, como também, na assertiva desta pesquisa, para os estudos de gênero e as MC: Educação Ambiental Crítica	- Ecopedagogia como proposta (curricular) nos estudos de gênero nas MC.



Online, [S. l.], v. 2, p. 78–94, 2023.		
2024		
PESSINA, M. E.H; MOUSINHO, M. C. A. M.; AZEVEDO, A. S.; SANTOS, D. S. Cooperação internacional para o desenvolvimento: a agenda de gênero e mudanças climáticas da Alemanha e do Reino Unido na Amazônia brasileira. <i>Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades</i> , Salvador, BA, Brasil, v. 49, n. 261, p. 27–48, 2024.	Um trabalho articulado à Agenda 2030 (ODS 5 e 13), de cunho internacional, que trata dos financiamentos ambientais para a Amazônia, pela Alemanha e Reino Unido.	- ‘Governança’ coletiva e de comunidade, como principal tema, no enfrentamento às MC, com o foco no ODS 5 e ODS 13: mulheres no campo de decisões de enfrentamento, na Amazônia.
GALBIATI, L. A.; FERREIRA, L. da C. Mudanças climáticas e gênero: deslocamentos a partir da ii marcha das mulheres indígenas. <i>cadernos do CEAS: revista crítica de humanidades</i> , Salvador, BA, Brasil, v. 49, n. 261, p. 178–200, 2024	A presença das mulheres indígenas no estudo sobre gênero e as MC. De uma perspectiva feminista interseccional, a pesquisa destaca a governança climática das mulheres indígenas.	- Uma das principais conclusões que encaminham mais um elemento para a nossa defesa, nesta pesquisa, para o aspecto da governança climáticas por meninas e mulheres: “O encontro com as mulheres indígenas nos levou a repensar as estruturas institucionais e epistemológicas que orientam o debate climático, abrindo caminhos para novas formas de resistência e ação política, baseadas nas relações de cuidado com a Terra e nas alianças entre diferentes saberes (Extraído do Resumo). - Novos conceitos referenciais: ecologia política feminista; “fronteira” (Glória Anzaldúa); “Ecogovernamentalidade Climática” (Astrid Ulloa).
Magalhães, B.A.C.S.; Machado, A.L.P.; LISBOA, M.G.O. Mulheres, classe e geografia na Amazônia: uma (re) construção de pesquisa em contexto de mudanças climáticas. <i>GeoAmazônia</i> , v, 12, n.24, p. 87-112, 2024.	Um estudo que defende a “urgente necessidade de fortalecimento do movimento político e científico no debate sobre Gênero e Geografia, com o intuito de contribuir para o contexto amazônico diante das MC (Extraído do Resumo). Destaca, em especial, o “protagonismo feminino e justiça climática” (Extraído do Resumo).	- No estudo sobre gênero e MC destaca que as “[...] mulheres negras, indígenas, ribeirinhas e da classe trabalhadora” (extraído do Resumo), são as que mais são afetadas pelas MC. - Defesa pela governança de mulheres nas posições de decisão política sobre as questões climáticas locais.

Fonte: elaborado na pesquisa.

Pelo MMT, na parte de análise, já apresentada no Quadro, acrescenta-se que 1) vários referencias se repetem no elenco, o que revela um campo de produção epistemológica



que merece aprofundamento; 2) a pesquisa identifica a forte e já sedimentada conclusão e encaminhamentos de solução para o presente e o futuro sustentável: mulheres e meninas, ao alcançarem o *empowerment* feminino exercerão seu lugar e voz na condução da sustentabilidade mundial. Contudo, mulheres e meninas, nos aspectos de governança climática, é um desafio contemporâneo. Se reconhece que muito já se avançou, historicamente, nos espaços das COP, desde 1995, porém, o desafio permanece para a COP 30 (Güezmes; Romero, 2024; Neves; Roner, 2025).

Isso tudo, implica, na educação sexual envolver os estudos de gênero (Scott, 1995) e a sustentabilidade ecofeministas (Warren, 2000; Terry, 2009; Mies; Shiva, 2021), no quesito das MC e a indicação de proposições que coloquem meninas e mulheres em *status* de governança e, portanto, de decisões sobre o tema das MC. Assim, que se destacam como proposições, os seguintes elementos, alguns já apontados pelo Ministério das Mulheres do Brasil, na COP 29, especialmente, sobre financiamento climático e a defesa pela transição energética justa e igualitária, somados, aos seguintes:

- Pensar as mulheres e meninas, em sua diversidade nacional: as mulheres indígenas, as mulheres negras; o lugar das mulheres e meninas, como categoria de análise sociológica e antropológica e definir tais categorias em todos os documentos referentes a gênero e mudanças climáticas/sustentabilidade.
- O aspecto da desigualdade de gênero e vulnerabilidade (violência de gênero, abuso sexual etc.) sejam mantidos, porém, que se desvelem políticas para aspectos mais amplos e gerais em promover ideais de igualdades de gênero em que, na medida do possível, se aproxime das pessoas LGBTQIA+.
- Ampliar as políticas para além de desastres/tragédias ambientais; desta forma, a visualizar, por meio dos investimentos climáticos, aspectos de prevenção, como, por exemplo, deslocamento geográfico e, sobretudo, de formação em educação ambiental de gênero (EAG) e as MC, sob o protagonismo feminino, de/para meninas e mulheres, ao lado da gestão coparticipante, hoje, ‘dominada’ pelos homens nos espaços decisórios mundiais; neste sentido, a efetividade da igualdade de gênero na representatividade.



- E, finalmente, uma máxima, na variável da governança de gênero nas MC, nos espaços coletivos das decisões: que sejam governanças, locais e globais, participativas e cidadãs, na horizontalidade.

Encaminha-se também um re-olhar para as metas do Brasil (Brasil, 2024) na Agenda 2030, para a ODS 13, em particular, que não inclui as mulheres e meninas nas metas e, consequentemente, indicadores e estratégias; é preciso que sejam retiradas da passividade na qual estão representadas, na perspectiva de vulnerabilidade e pobreza e redirecionar o olhar para a governança e a potencialidade de meninas e mulheres como protagonistas nos espaços decisórios e de poder da qual ainda estão excluídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para resposta à problemática da pesquisa encaminham-se proposições a partir dos estudos de gênero (sob a perspectiva da Educação Sexual), para que, no alinhamento, já sedimentado, às MC, principalmente, seja organizado um posicionamento político acerca da governança feminina nos espaços decisórios de poder, não apenas, “ente” de consulta e ‘público-alvo’ de políticas. Em relação aos objetivos da pesquisa, tanto o geral quanto os específicos foram alcançados, especialmente, o de confirmar a máxima de que gênero está diretamente ligado às questões das MC.

Se conclui com a exigência de uma proposição final: a da governança climática de meninas e mulheres, nos espaços decisórios ao lado de uma educação ambiental em gênero (EAG) – uma categoria e posterior didática para o ensino de ciências a ser desenvolvido na continuidade desta pesquisa, como possibilidade aberta pelo MMT. Que essa exigência seja pensada na COP 30, o que implica, na máxima, de que ‘Sem diversidade de gênero e com meninas e mulheres nas decisões e ações de governança climática, locais e mundiais, não há e não haverá sustentabilidade global’.

REFERÊNCIAS



BULLARD, R. D.; WRIGHT, B. H. Environmental justice for all: community perspectives on health and research. **Toxicology and Industrial Health**, v. 9, n. 5, p. 821-884, 1993.

Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8184445/> . Acesso em 19 jun., 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Diretrizes de proteção às mulheres emeninas em emergências climáticas**. Brasília: Ministério das Mulheres, 2024.

DENTON, F.; WILBANKS, T. **Climate change and gender: an intersectional perspective**. Abingdon: Routledge, 2015.

GÚEZMES, G. A.; ROMERO, C. B. **Diez años de política exterior feminista y política de cooperación internacional para el desarrollo feminista: una oportunidad para América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2024. (Serie Asuntos de Género, n. 164).

JASANOFF, S. Knowledge for a just climate. **Climatic Change**, v. 169, n. 3–4, p. 36, dez. 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-021-03275-x> . Acesso em: 20 jun., 2025.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

ONU MULHERES. **El Progreso en el Cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible: panorama de género 2024**. Nova Iorque: ONU Mulheres, 2024. Disponível em: <https://www.unwomen.org/es/digital-library/publications/2024/09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2024> . Acesso em: 28 jan. 2025

PEARSE, R. Gender and climate change. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Climate Change**, v. 8, n. 2, p. e451, 2017. Disponível em:

<https://wires.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/wcc.451> . Acesso em: 20 jun., 2025.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

PIRES, T.M.S. ; NEVES, F.M.; RONEER, M.N.B. A abordagem das mudanças climáticas na Educação Ambiental de escolas públicas: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 351–373, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/19749> . Acesso em: 20 jun. 2025.

PULIDO, L.; LARA, J. Reimagining ‘justice’ in environmental justice: radical ecologies, decolonial thought, and the Black Radical Tradition. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 1, n. 1-2, p. 76-98, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2514848618770363> . Acesso em: 20 jun., 2025.

SAMPIERI, R. Hernández.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M.P.B. **Metodología de la investigación**. 4.^a ed. México: McGraw-Hill, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> . Acesso em: 20 jun., 2025.

SVAMPA, M. Feminismos del Sur y ecofeminismo. **Nueva Sociedad**, n. 256, p. 127, 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/feminismos-del-sur-y-ecofeminismo/> . Acesso em 19 jun., 2025.

TERRY, G. (og.). **Climate change and gender justice**. Oxford: Oxfam, 2009.

WARREN, K. **Ecofeminist Philosophy**: a western perspective on what it is and why it matters. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2000.

Não se fez uso de Inteligência Artificial (IA) nesta pesquisa e em sua produção textual.